

Webinar Frente da Economia Verde pela retomada do crescimento econômico com uma pegada ambiental

31 de maio de 2021

Nesta segunda-feira (31), foi realizado o webinar da Frente Parlamentar da Economia Verde sobre a “retomada econômica com uma pegada ambiental”. O evento contou com a moderação do deputado Arnaldo Jardim (CIDADANIA/SP), presidente da Frente da Economia Verde, tendo a presença de Maria Netto, especialista principal de mercados financeiros do Banco Interamericano de Desenvolvimento; Yuri Rugai Marinho, Sócio-diretor da Econ Soluções Ambientais; Igor Nascimento de Souza, advogado tributarista e sócio da Madrona Advogados; e Roberto Campos Neto, presidente do Banco Central.

O webinar iniciou com **Arnaldo Jardim** destacando as últimas atividades da Frente da Economia Verde, dentre elas os debates sobre reforma tributária sustentável realizados junto à Frente Ambientalista e à Frente da Reciclagem, além da designação do próprio deputado como sub-relator da PEC-45 em relação à questão da sustentabilidade. Arnaldo Jardim então afirmou que a finalidade do webinar era discutir as atuais prioridades da Frente, sendo elas: debater a reforma tributária verde; acompanhar o movimento ASG (ambiental, social e governança), pensando em como introduzir ele na legislação para estimular práticas que podem ser premiadas e reconhecidas; e discutir moedas verdes.

Após Arnaldo Jardim comentar sobre as movimentações de Biden na agenda climática e o *European Green Deal* (Acordo Verde Europeu) – afirmando que o Brasil pode seguir atrás e se tornar uma grande economia verde – **Maria Netto** entrou na temática sobre ASG, destacando que o país já possui um histórico positivo: o Brasil foi notório ao avaliar como o sistema financeiro deve considerar a gestão dos riscos socioambientais, também já tendo um índice de sustentabilidade e um índice de carbono na Bolsa de Valores.

www.bmj.com.br

Brasília: SHIS QI 25 CJ 12 Casa 15, Lago Sul CEP: 71.660-620. TEL: + 55 61 3223 2700

São Paulo: Rua Ramos Batista, 152, 13º andar. Vila Olímpia CEP: 04552-020. TEL: +55 11 3044 5441

Belo Horizonte: Avenida Getúlio Vargas, 671, Cj. 7 a 12, Funcionários CEP 30.112-020 TEL.: +55 31 3657 7768

Netto então exprimiu que nos últimos dois anos vê-se essa tendência ASG crescendo: os investidores passaram a ver a boa governança aliada à gestão socioambiental como uma oportunidade de transparência. Além disso, os fundos também veem estes investimentos como mais transparentes e mais resilientes. Netto destacou que a taxonomia europeia recente é um exemplo importante de como essa tendência está se fortalecendo.

Maria Netto afirmou que as oportunidades serão enormes na medida em que a monetização do valor não financeiro do impacto verde começa a significar um entendimento mínimo de quais padrões passam a ser seguidos. No entanto, a especialista exprimiu que o Brasil ainda apresenta alguns pontos de atenção quanto a segurança jurídica para os interessados em “navegar” neste mar de oportunidades.

Concordando com Netto, **Yuri Rugai** afirmou que é preciso criar segurança jurídica e atratividade, e para isso é necessário que a legislação seja amigável do ponto de vista tributário e econômico. **Igor Nascimento** destacou que é essencial uma norma que traga tratamentos tributários diferenciados para aqueles que cumpram com as diretrizes ASG, já conciliando assim as normas tributárias com as econômicas. Nascimento, porém, chamou atenção para o fato de que, quando se fala em “incentivos”, é preciso lembrar de que a questão não é beneficiar setores ou indústrias, mas sim uma atividade.

Adentrando o assunto sobre moedas verdes, Rugai destacou que é preciso pensar de forma global quando se fala no tema, pois pensar em moedas verdes é pensar nos serviços ambientais. Sobre estes serviços, Rugai falou sobre a Lei nº 14.119/2021, que instituiu a Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais no Brasil e que trouxe avanços: em alguns estados brasileiros, por exemplo, não havia conhecimento dos termos “pagamento por serviços ambientais”, “serviços ecossistêmicos”, entre outros. No entanto, para ele, o maior avanço que se pode ter com esta Lei, no momento, é a possível derrubada dos vetos sobre incentivos econômicos.

Por fim, **Roberto Campos Neto** afirmou que vê projeções positivas para o crescimento da economia brasileira em 2021, principalmente a partir do 2º semestre. Campos Neto afirmou que o Banco Central está na fronteira do conhecimento de como desenvolver e aplicar práticas sustentáveis em finanças, mencionando a agenda de sustentabilidade que o Banco vem implementando, e comemorando o fato de que ele foi considerado a 2ª autoridade monetária “mais verde” do G20. Ademais, o presidente do BC defendeu uma taxonomia que tenha elementos convergentes com taxonomias mais avançadas de outros países.